

**MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017**

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
	<b>(Últimos 12 Meses)</b>	
	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>140.016.056,68</b>	<b>1.186.297,64</b>
Pessoal Ativo	126.529.043,32	842.147,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.067.452,43	24.405,69
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	2.419.560,93	319.744,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	<b>3.265.293,59</b>	<b>8.972,71</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.251.403,23	8.972,71
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores ao período da apuração	13.890,36	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	<b>136.750.763,09</b>	<b>1.177.324,93</b>
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		<b>137.928.088,02</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	<b>8.576.297.989,54</b>
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1,61%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	<b>514.577.879,37</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	<b>488.848.985,40</b>
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%>	<b>463.120.091,43</b>

Fonte: SECCOC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Guilherme Nunes de Avelar Neto  
Diretor de Administração e  
Finanças

Suzana Regina Damasceno  
Coordenadora de Controle  
Interno

Henrique Higídio Braga  
Presidente

Orlei Pereira da Silva  
1º Vice-Presidente

Leonardo Silveira de Castro Pires  
2º Vice-Presidente

Neli Pereira de Aquino  
Secretária-Geral

Juliano Lopes Lobato  
1º Secretário

Carlos Magno Pereira de Freitas  
2º Secretário